

## **ALICERCES DA PÁTRIA: ESCOLA PRIMÁRIA E CULTURA ESCOLAR NO ESTADO DE SÃO PAULO (1890-1976)**

**Rosa Fátima de Souza (UNESP/Araraquara)**

Eixo Temático: 1- Políticas educacionais e movimentos sociais

O problema central que mobilizou o estudo da história republicana da escola pública primária paulista<sup>1</sup> foi entender como o modelo de escola instituído no início da República logrou a se estabelecer de forma duradoura mantendo-se relativamente estável durante o século XX.

Elegendo a cultura escolar como eixo de análise, a investigação incidiu sobre um período relativamente longo referente à vigência da escola primária na história republicana, ou seja, entre 1890 (data da primeira reforma da instrução pública realizado no estado de São Paulo nesse período) e 1976 quando ocorre no estado a implantação efetiva da reforma federal do ensino de 1º e 2º graus, a partir da qual se elimina oficialmente da estrutura da educação brasileira a designação ensino primário.

A fertilidade do conceito de cultura escolar como temos afirmado em outras oportunidades reside tanto em sua força interpretativa como nas possibilidades de uma compreensão mais rica da vida escolar (SOUZA e VALDEMARIN, 2000). Ao mesmo tempo em que esta problemática permite realizar estudos verticalizados sobre a produção da escola em determinado momento histórico revelando o complexo jogo no qual se envolvem os atores educacionais nas urgências do cotidiano escolar (jogo cujas regras são muitas vezes subvertidas), dando a ver os usos diferenciados e as apropriações das normas, idéias e modelos pedagógicos em circulação, por outro lado, ela convida ao exame das continuidades e transformações, isto é, à adoção de uma perspectiva histórica que contemple um período maior de duração. Tal possibilidade autoriza dimensionar os momentos de mudança, de constituição ou reconfiguração da cultura escolar e os processos pelos quais as regularidades se instauram a despeito dos esforços permanentes de inovação.

Um conjunto variado de fontes foi utilizado na elaboração desta pesquisa. Na impossibilidade de constituir séries documentais que recobrissem todo o período

---

<sup>1</sup> O referido estudo foi apresentado como tese de livre-docência defendida na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Araraquara em agosto de 2006. A investigação compreende um desdobramento do projeto de pesquisa intitulado “Lições da Escola Primária: um estudo sobre a cultura escolar paulista (1890-1976)” financiado pelo CNPq mediante concessão de auxílio à pesquisa e Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

delimitado para a pesquisa, optamos pela diversidade de fontes buscando nelas vestígios sobre a vida escolar. Da escrita administrativa produzida por diferentes agentes educacionais privilegiei os relatórios de professores das escolas de primeiras letras, referentes às décadas finais do século XIX; relatórios de professores de escolas preliminares referentes às primeiras décadas republicanas e relatórios dos delegados do ensino. Essa documentação possibilitou problematizar dois momentos significativos da história da escola primária paulista; a passagem da escola de primeiras letras predominante no regime imperial para a escola moderna republicana e as tentativas de renovação pedagógica pela Escola Nova. Além dos relatórios dos professores, o corpus principal compreendeu: os relatórios de delegados do ensino referente ao período de 1933 a 1946; os programas do ensino primário (1905, 1913, 1917, 1918, 1921, 1925, 1933, 1949-50, 1968, 1973); os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, impressos e periódicos; a legislação do ensino; instruções e orientações da Diretoria do Ensino e fotografias.

Nos relatórios dos delegados do ensino encontramos um grande número de fotografias utilizadas como testemunho das realizações das escolas e dos professores nas diferentes regiões do estado. Diferente do uso feito pelos delegados do ensino, na investigação as imagens não foram tomadas como testemunho ou prova, mas como vestígios do passado, nos termos indicados por Mauad (2004), isto é, como representações daquilo que em determinado momento foi considerado como imagem válida a ser perpetuada.

A investigação estruturou-se em torno de três eixos de problematização: a) a constituição da moderna escola primária paulista visando a compreender as mudanças que marcaram a passagem da escola de primeiras letras, predominante no período monárquico, para a escola graduada instituída no período republicano, levando em conta a consolidação do ensino simultâneo, a seleção cultural fundamentada no programa enciclopédico e os diversos tipos de escolas primárias; b) a renovação pela escola nova ressaltando as tentativas de inovação do ensino primário paulista, nas décadas de 1930 e 1940, analisando a renovação didática (escola ativa), as propostas de socialização da escola pela implementação das instituições auxiliares (bibliotecas e jornais infantis, associação de pais e mestres, caixas escolares, cooperativas, amigos da escola, pelotão de saúde, etc.) e as práticas simbólicas vigentes no ensino público voltadas para a construção da nacionalidade (a questão da nacionalização do ensino, festas escolares, escotismo, entre outras); c) a transição da escola primária fundada no primado da educação integral para a configuração da escola básica examinando as propostas de extensão da escolaridade primária em voga

nos anos 50 e 60 do século XX, as mudanças curriculares, a implantação do ensino de primeiro grau na década de 1970 e as mudanças nas práticas simbólicas.

Em torno do que denominamos de A Moderna Escola Primária Paulista, o foco inicial foram as transformações da escola unitária, a lenta configuração do ensino simultâneo e a passagem da escola de primeiras letras para a escola graduada. Em seguida, a análise recaiu sobre os programas do ensino primário instituídos no início da República, não somente destacando as finalidades das diferentes matérias, mas demonstrando como o programa enciclopédico, fragmentado em disciplinas, ratificou a lógica dos exames escolares e da seletividade da escola primária. A análise demonstrou como esse programa consistiu em um entrave para a modernização pedagógica, ou seja, para a adoção dos novos métodos de ensino, facultando, de fato, a incorporação de elementos da tradição escolar prevalentes nos séculos anteriores.

Na seqüência, examinamos o processo de expansão da escola pública primária concebendo-o como elemento constitutivo da implantação da escola moderna em São Paulo. Buscamos demonstrar que essa expansão foi contínua, mas sempre muito aquém das necessidades da população em idade escolar e que ela se caracterizou pela diversidade em relação aos tipos de escolas e ao atendimento aos diferentes grupos sociais. Nesse sentido, tentamos problematizar a precariedade da escola primária dando a ver tanto a majestosa arquitetura dos primeiros grupos escolares considerados na época templos da República, quanto a escola reunida de baixo custo e a carente escola isolada da zona rural.

No que diz respeito à inovação educacional pela adoção da Escola Nova nas décadas de 1930 e 1940, buscamos perceber nos relatórios dos delegados de ensino o que foi incorporado e descartado das proposições escolanovistas, tanto no discurso dos educadores quanto nas práticas educativas. Evidenciamos, assim, o esforço de inovação de vários professores e escolas mediante a realização de excursões, implantação de salas ambientes, organização das atividades por centros de interesses e realização de aulas ativas. No entanto, procuramos mostrar como essas atividades foram assistemáticas, isto é, elas não chegaram a abalar a estruturação da escola primária tal como ela havia se consolidado no início da República.

O estudo das instituições auxiliares da escola mostrou-se relevante tendo em vista a importância dada a essas instituições pelo movimento escolanovista. De fato, elas foram apontadas na época, como sendo fatores fundamentais para o cumprimento das finalidades sociais da educação e para a garantia do vínculo entre a escola e a sociedade. Apesar das

inúmeras estratégias para incentivar e promover essas instituições nas escolas, verificamos a pouca efetividades dessas iniciativas. As instituições de assistência social foram as que se multiplicaram em maior número, especialmente, as caixas escolares, a assistência alimentar e médico-dentária e a Associação de Pais e Mestres em função da precariedade material das escolas públicas e das condições sócio-econômicas dos alunos. Em contraposição, as chamadas instituições intra-escolares – clubes de leitura, jornais infantis, corpos corais, pelotões de saúde, bibliotecas, clubes desportivos, escotismo, cooperativas de consumo, entre outras, não logram a mesma sorte. Entre elas, ressalta-se a presença mais acentuada do escotismo e do orfeão infantil.

Uma parte significativa da investigação consistiu no exame da vinculação intrínseca entre a escola primária e a construção da nacionalidade. Para tratar dessa questão, analisamos um conjunto de práticas relacionadas à disseminação de valores cívico-patrióticos continuamente praticados nas escolas primárias paulistas e algumas que foram acentuadas durante o Estado Novo. Dessa forma, destacamos o escotismo, o orfeão infantil, as práticas de nacionalização do ensino como as campanhas nacionalistas visando especialmente os núcleos de estrangeiros, a mobilização do magistério primário no culto à pátria e á imagem personalista de Getúlio Vargas, o esforço de guerra, isto é, as várias campanhas envolvendo toda a sociedade para a arrecadação de metais e borracha por ocasião da Segunda Guerra Mundial, o estabelecimento do Culto ao Pavilhão Nacional, do Altar da Pátria, da Semana de Caxias, da Semana da Pátria, do Mês da Bandeira Nacional, da Semana da criança, entre outras. Ainda em relação às práticas nacionalistas, analisamos a forma pela qual as matérias Educação Física, Higiene e Puericultura, Trabalhos Manuais foram indicadas no período como instrumentos de formação moral e cívica. E por último, tratamos das representações em torno da excelência escolar. O intuito foi problematizar as raízes do que denominamos hoje de “cultura da seleção”, mostrando que a rigidez nos exames, a seletividade e o diploma de conclusão do 4º ano primário eram valores socialmente compartilhados ancorados numa compreensão do valor da escola e seu papel de distinção social.

A última parte da investigação traça um quadro das mudanças na escola pública elementar paulista delineadas nas décadas de 60 e 70 do século XX. Depois de cerca de sete décadas, a cultura escolar sofreu um grande abalo. Ocorreram transformações nas finalidades da escola primária, no currículo e nas práticas simbólicas. O ensino de 1º grau substituiu a escola primária, cuja identidade institucional fora marcante no cenário cultural

nas décadas anteriores. Em seu lugar assistimos a configuração de um novo tipo de escola, por isso, consideramos esse processo inconcluso denominando-o de Longa Transição.

Como resultado final, a pesquisa demonstrou que a escola primária moderna instituída no estado de São Paulo no início do regime republicano consagrou um novo modelo de escola. A análise do processo histórico de constituição e transformação da cultura escolar permitiu-nos compreender um pouco mais sobre a complexa dinâmica do funcionamento das instituições educativas, especialmente, sobre o intrincado jogo que envolve os processos de inovação e mudança, regularidades e permanências em educação.

O exame das relações entre a escola de primeiras letras configurada no Império, na Província de São Paulo, e a escola primária estruturada na República mostrou como a maior parte dos elementos da organização anterior foram redefinidos dentro de outra racionalidade, isto é, a da divisão do trabalho e de maior controle e eficiência do ensino. A grande inovação nesse período foi a escola graduada que potencializou vários elementos da organização pedagógica já em uso nas escolas de primeiras letras – os programas, a arquitetura temporal (anos letivos/séries, horários), a classificação dos alunos por grau de adiantamento, o sistema de avaliação, o redimensionamento dos edifícios escolares (várias salas de aula), a divisão do trabalho docente (correspondência entre cada classe um professor), os modernos métodos de ensino – dando-lhes maior organicidade. A escola preliminar, posteriormente denominada escola isolada, incorporou a racionalização da organização pedagógica mantendo-se, porém, muito próxima da evolução histórica experimentada pela escola de primeiras letras no final do século XIX.

Os princípios organizacionais que passaram a reger a vida escolar, principalmente nos grupos escolares, foram vistos como facilitadores do trabalho docente. Além disso, compensados com melhores salários e com uma valorização social que lhes atribuía reconhecimento e status, o magistério primário aceitou, ainda que não unanimemente, boa parte das inovações implantadas naquele momento. Isso talvez explique por que uma nova cultura escolar foi se configurando a partir de então.

Os programas escolares amplos e estruturados sob uma arquitetura temporal presidida pela homogeneidade e simultaneidade de ritmos de aprendizagem dos alunos controlados por um rígido e ritualizado sistema de exames foram elementos importantes na solidificação das regularidades institucionais. Porém, em relação aos modos de ensinar, o método intuitivo – símbolo da modernização pedagógica nessa época, não logrou enraizar-se nas práticas cotidianas. Nesse domínio dos fazeres da prática docente prevaleceram o apelo à memorização, as lições repetitivas, a exposição dos conteúdos e a realização de

exercícios de fixação e verificação, que tinham raízes nos métodos praticados por gerações de professores no século XIX. Muitos professores justificavam as dificuldades de adoção do método intuitivo alegando a ausência de materiais didáticos adequados, mas a essas dificuldades se interpunham outras como as crenças e concepções arraigadas sobre como ensinar.

Se num primeiro momento a classificação dos alunos em grupos mais homogêneos parecia ser uma medida mais racional e facilitadora do trabalho educativo, por outro lado, o ensino simultâneo, tal como ele passou a ser entendido no final do século XIX - todos os alunos utilizando os mesmos livros e realizando as mesmas atividades ao mesmo tempo -, manteve a classe como um dos problemas primordiais da escola primária moderna, pois a homogeneidade não passava de um pressuposto e a classe de alunos continuava se constituindo em um pequeno universo de múltiplas diferenças individuais.

Nessas condições, a economia disciplinar imposta pelo ensino simultâneo, pelo agrupamento em classes, pela obrigatoriedade do cumprimento dos programas, aspectos agravados pela sistemática dos exames seletivos, encontrava guarida mais nos métodos antigos de ensino do que na educação dos sentidos, nos procedimentos que reclamavam a preocupação com a infância, que ressaltavam a aquisição de conhecimentos pelas coisas e exigiam a consideração da curiosidade, da observação e da experiência no processo de ensino.

Como buscamos demonstrar neste estudo, nas primeiras décadas do século XX, o sistema escolar paulista de educação primária apresentava muitos aspectos considerados modernos para a época: instituições compreendendo uma organização administrativa e pedagógica mais complexa como os grupos escolares, construção e manutenção de prédios pelos poderes públicos, programas de ensino ampliados, orientação técnica pelos inspetores, diversificação de materiais escolares, publicação de manuais didáticos e periódicos educacionais, entre outros aspectos.

A própria expansão do número de escolas e vagas pode ser vista como outro traço da modernização, assim como as práticas simbólicas instituídas - as festas escolares, as comemorações cívicas e os rituais públicos dos exames finais.

Enquanto os arranjos institucionais sedimentavam um modo de ser da escola primária, o campo pedagógico constituir-se-ia no terreno de lutas e de confrontos entre diferentes projetos para a educação e para a sociedade.

Independente dos matizes e interesses políticos, durante boa parte do século XX, as finalidades sócio-políticas e culturais atribuídas à escola primária mantiveram-se

inalteradas: a defesa da educação integral, a formação do cidadão republicano, a moralização e disciplinarização do povo. Essas finalidades civilizadoras deram legitimidade às instituições de ensino primário e reforçou sentidos sócio-culturais em torno da escola. Talvez isso explique a estabilidade da seleção cultural para as escolas primárias. Durante mais de sete décadas prevaleceram os programas enciclopédicos abrangendo as aprendizagens elementares – leitura, escrita e cálculo -, noções de ciências físicas, naturais e sociais e outros elementos complementares como a instrução cívica e moral, o desenho, música e canto, educação física e trabalhos manuais, elaborados sob o primado da fragmentação do saber (as matérias de ensino).

O mesmo não se pode dizer em relação à questão sobre *como ensinar*. Nesse campo, as disputas foram constantes e as propostas de modernização e inovação vieram em ondas sucessivas reivindicando primazia e reiterando promessas. As próprias práticas discursivas de renovação pedagógica tornaram-se constitutivas da cultura escolar primária.

Os embates entre a pedagogia moderna - representada pelas medidas inovadoras implantadas na instrução pública paulista no início da República - e a nova pedagogia, representada pelo ideário da Escola Nova, revelam como as oposições dicotômicas presentes em algumas representações, especialmente daquelas propugnadas pelos educadores engajados na difusão dos novos ideais, devem ser vistas como estratégias de luta político-pedagógica.

Nas décadas de 1930 e 1940, a renovação educacional pela Escola Nova buscou desestabilizar vários princípios sobre os quais se instaurara a recente tradição da escola primária. A renovação didática pela escola ativa e as instituições auxiliares foram os principais meios empregados pelos órgãos da administração do ensino visando a mudar a escola.

A forma pela qual muitos educadores paulistas se posicionaram em relação à modernização do ensino mostra as tensões entre concepções pedagógicas e apropriações feitas pelos atores educacionais, nunca redutíveis às doutrinas e às prescrições. A clara posição pelo “meio-termo” expressa por vários educadores em relação à inovação entrevê os limites impostos pelos imperativos das práticas – o que é possível fazer, o que é mais razoável e efetivo, o que mais coaduna com a experiência atestada pela prática. A avaliação dos delegados e diretores do ensino respaldava, de certa maneira, os modos de ensinar e conduzir as atividades escolares, aceitos e consagrados pelos professores.

A racionalidade da ordenação pedagógica aliada à forte identidade profissional do magistério primário pode ajudar a explicar os traços marcantes de uma cultura escolar persistente, mas de modo nenhum imutável.

Em relação a esses traços persistentes, a investigação problematizou os vínculos profundos entre a escola primária e a construção da nacionalidade reatualizados em vários momentos durante o século XX. Muitas práticas simbólicas, presentes no universo escolar, tiveram um papel relevante na liturgia política da República avivando sentimentos e valores cívico-patrióticos e preservando a memória nacional. Além disso, elas foram fundamentais na construção dos significados socialmente partilhados sobre o que deveria ser a escola pública primária. Nesse sentido, foram eficazes instrumentos de irradiação da ação educativa da escola para o meio social dando-lhe visibilidade e enaltecendo sua missão civilizadora.

Na reconstituição da história da escola primária paulista buscamos demonstrar como os princípios básicos da cultura instituída no início da República permaneceram ao longo do século XX e como esses princípios foram abalados na segunda metade desse século pelo primado da escola básica. Em torno dessa idéia estavam a defesa de uma escola democrática e não seletiva. Tratava-se de uma mudança nas finalidades e no conteúdo da escolarização primária visando a adequá-la a realidade social e econômica do estado de São Paulo e do país. Esse processo iniciado nos anos 50 delineou-se mais claramente no final da década de 1960 e no início da década de 1970. A escola de 1º grau, de modo simbólico, encerrou o ciclo de existência da escola primária republicana. Encarnando o sentido da escola básica, essas novas unidades escolares de ensino obrigatório elementar podem ser vistas como o prenúncio da instituição de uma nova cultura escolar em fase de vacilante configuração.

Dos templos de civilização à escola básica consiste, pois em uma hipótese de interpretação da cultura escolar primária no estado de São Paulo. A escola concebida como templos de civilização pressupunha amplas finalidades, um projeto cultural enriquecido e fundamentado na valorização da cultura patrimonial (ainda que inexecutável), a distinção e exclusão sociais, em práticas simbólicas enraizadas na construção de identidades e no cultivo de valores cívicos e morais. A escola básica, por outro lado, modesta em seus propósitos, empobrecida materialmente e no seu conteúdo, rendeu-se à razão técnico-instrumental. Tornou-se uma escola de ensino e aprendizagem dos saberes elementares. Os ganhos políticos da democratização da escola pública têm sido sistematicamente obscurecidos pela pouca capacidade dessa escola realizar sua função primordial de

facilitadora de cultura. Avaliações contemporâneas reforçam esse desencantamento que assola a escola fundamental. Uma escola “envelhecida, seca e indiferente”, com bem a caracterizou Sampaio (1998). A escola templo de civilização transformou-se em escola equipamento urbano. Nesse processo ainda está em jogo a mudança do sentido sócio-cultural da escola elementar.

O exame da cultura escolar na perspectiva do processo histórico permitiu perceber elementos que emergiram com a moderna escola primária como: o ensino simultâneo, o agrupamento em classes, a racionalidade administrativa e pedagógica com base na divisão do trabalho, a ordenação disciplinar do currículo, práticas de ensino designadas como tradicionais, o discurso prescritivo da renovação pedagógica como fator de modernização educacional. Por outro lado, tornou perceptível algumas mudanças, por exemplo: as novas finalidades atribuídas ao ensino de 1ª a 4ª séries, a simplificação do currículo e dos programas, a flexibilização do sistema de avaliação, a presença cada vez maior das ciências da educação normatizando o campo pedagógico, o esvaziamento das práticas simbólicas.

Mais que elementos conclusivos, essa hipótese de interpretação da cultura escolar enseja problemas para discussão. Para onde sinalizam as mudanças? A desintegração entre 1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries continua no centro da problemática de construção de uma nova escola de ensino fundamental. Em 1996, a redistribuição da rede física da rede estadual de ensino do estado de São Paulo desmembrando os dois segmentos em espaços distintos – escola fundamental de 1ª a 4ª séries e escola fundamental de 5ª a 8ª séries - ratificou a inconciliável integração. Poderíamos ver nisso o ressurgimento da escola primária?

Compreender os meandros da cultura escolar pode ser uma ferramenta relevante para auxiliar os educadores a balizar os desafios da escola atual, principalmente no sentido de redesenhar e (re)encantar o sonho da escola pública para todos.

### **Referências:**

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda (orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social**. História, Comunicação e Educação. São Paulo: Cortez, 2004; p. 19-36.

SOUZA, Rosa F.; VALDEMARIN, Vera T. (orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

SOUZA, Rosa F. **Alicerces da Pátria**: escola primária e cultura escolar no estado de São Paulo (1890-1976), Araraquara, 2006, 367f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.